



conferência
Reencontro com o Mar

pelo Comandante
Luís Adriano de Lemos
Cesariny Calafate

16 de Novembro 2012
Dia Nacional do Mar
Salão Nobre dos
Paços do Concelho

José Macedo Vieira
Presidente da
Câmara Municipal
da Póvoa de Varzim

NA ABERTURA DA CONFERÊNCIA “REENCONTRO COM O MAR”

Num país literalmente à deriva, aplica-se na perfeição a máxima de Séneca: “Nenhum vento é favorável a quem não sabe para onde navegar”.

É natural que um país tão antigo, de vez em quando, se interroge. Afinal, mesmo os velhos são obrigados a adaptar-se, cavalgando novas ondas – que à lei da mudança ninguém escapa. E isto, sobretudo em quem pensa que já viu e viveu tudo, gera perplexidade e desorientação.

E não devia ser assim.

Porque, se há certeza que com a muita experiência adquirimos, é a de que, no meio da volatilidade geral, há valores eternos, há condições que permanecem, há orientações sempre seguras. Por muito que pareçam favoráveis os ventos que nos empurram, ou suavemente convidam, para outros territórios, outras aventuras, outras conquistas, outros negócios.

Se há coisa que o mar, na longa história de um país que lhe descobriu caminhos e segredos, nos devia ter ensinado, é que não é apenas um meio mas um fim em si mesmo.

Que não é apenas passagem, mas destino.

Que é, afinal, todo um percurso.

E que, se está disponível para nos levar a outras paragens, aprecia sobretudo que regressemos, e que nele nos concentremos.

A sereia, que dizem arma de perdição, não é mais, afinal, que o lamento de quem se sente desconsiderado.

E Portugal, que pelo mar deu “novos mundos ao mundo”, e assim impulsionou grandemente o processo de globalização, devia ter aprendido que o mar é, na nossa história, mais que na história de qualquer outro povo, referência identificadora, marca distintiva, e, portanto, recurso económico.

É que nem todos os países têm o mar como vizinho - disponível, de porta sempre aberta. Sempre que aqui nos sentimos mal, ao mar nos fizemos, e noutras terras vizinhas do mar nos estabelecemos e fixá-mos.

Até que dessas terras nos afastámos (decisão natural) e, no regresso, ao mar virámos costas (decisão insensata, porque levou à desconstrução de tudo quanto, antes, alicerçara boa parte de uma economia centrada no mar, e no mar de oportunidades que ele oferecia).

E assim vivemos anos a fio, iludindo-nos em miragens que depressa se desvaneceram e nos conduziram ao actual sufoco.

Preferimos ser periféricos numa Europa fechada em si mesma (e, por isso, sem um rumo estratégico integrador e mobilizador) a ser

centrais numa Europa que assuma a sua fachada atlântica como vector geoestratégico para a competitividade à escala global.

O mar é, hoje, um desígnio nacional irrenunciável, imperioso, urgente.

Mesmo que a Europa queira continuar distante do seu velho e fundador eixo euroatlântico, Portugal deve regressar, e em força, ao seu mar – o país, no seu todo: o governo central, as autarquias, as empresas, apostados em criar riqueza e postos de trabalho para os portugueses.

É que, se Portugal detém hoje, graças aos seus territórios atlânticos, uma grande plataforma continental, estamos em vias de ultrapassar, neste domínio, a Noruega, o actual gigante marítimo europeu. O país pode, em breve, ter no mar uma extensão de território equivalente à da Índia, com tudo o que isso potencia em domínios tão vastos como a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico, a geologia, a energia, o turismo, o desporto, as pescas.

Ou seja, o mar, o nosso mar, pode vir a valer muito mais do que os previstos 15% do PIB.

Ora aqui está, neste desígnio, um bom mote para tão decantada refundação, não só do estado, mas do país: o regresso ao mar, o “reencontro com o mar” (de que vai falar-nos o nosso convidado de hoje, o Exmo. Comandante Luís Adriano Calafate).

O futuro não é outra coisa senão o passado dinamicamente actualizado – ensinou-nos a história, a que nisto, como noutras coisas, damos tão escassa atenção.

O mar – desígnio nacional, mas também desígnio municipal.

Espanta como, nesta Póvoa que sempre se disse DO MAR, tantos anos vivemos de costas voltadas, ignorando e maltratando o espaço onde nascemos, a matriz da nossa identidade comunitária.

Tive a possibilidade, que muito me honrou, de promover a reconciliação que tardava, devolvendo à população o espaço da enseada, outrora um agressivo depósito de lixo e mercadorias, e recriando assim a velha relação de proximidade, que se perdera.

É que, meus caros amigos, se a nossa Póvoa, algum dia, para nosso mal, deixasse de ser terra de pescadores, nunca deixaria de ser terra de mar – que essa é a boa fatalidade genética a que estamos solidamente associados.

Teremos de ser terra de mar, mas de um mar fecundo – local de pesca, local de recreio, local gerador de energia, local de estudo e de tudo aquilo a que o estudo conduza...

Teremos de ser terra de mar, e do que dele vem – que é como quem diz: teremos de acentuar a vertente marítima da nossa gastronomia urbana, não nos limitando a esta coisa insípida que é não sermos carne nem peixe... A gastronomia com origem no mar tem de voltar ao ADN da nossa vivência urbana.

Teremos de ser terra de mar e das novas actividades a ele associadas: a náutica de recreio, a náutica competitiva, a vela, o remo, o surf, a natação em águas livres...

Teremos de desenvolver uma cultura de mar, não apenas pela revivência histórica da faina piscatória dos nossos antepassados, e dos mitos a ela associados, e das marcas que deixou na nossa memória colectiva e particularmente na nossa colmeia piscatória, mas também na vertente do turismo cultural com génese no nosso património marítimo, de que é expressão maior a Lancha Poveira do Alto, cuja presença no mar deve ser mais assídua.

A próxima fase de desenvolvimento do município deverá ser orientada por este projecto de consolidação da componente marítima da nossa identidade.

Feita a reconciliação, impõe-se dar-lhe conteúdo cultural, económico e social. Creio que nin-

guém hoje, na Póvoa de Varzim, duvida da premência deste passo.

O trabalho de casa está feito, até pela participação, pioneira, do nosso município na Rede Nacional da Cultura do Mares e dos Rios, em cujo âmbito temos prosseguido um vasto e diversificado programa de afirmação da importância do mar, que tem envolvido muito activamente as escolas, organizações económicas e sociais, associações, empresas e órgãos de comunicação social.

A sessão que aqui nos congrega, assinalando o encerramento das comemorações do Dia Nacional do Mar, conclui o vasto programa proposto para este ano.

À Sociedade de Geografia de Lisboa, que nesta Rede e na sua metodologia de trabalho tem uma função nuclear, quero, em nome do município e em meu próprio nome, agradecer o trabalho desenvolvido, e sobretudo o contributo futuro.

Ao Sr. Comandante Luís Adriano Calafate, um poveiro cuja atenção às coisas do mar tem os antecedentes históricos que a nossa comunidade reconhecidamente perpetuou, quero, além de mais, agradecer a lição com que vai presentear-nos.

A todos, muito obrigado pela presença.

Póvoa de Varzim, 16 de Novembro de 2012

O Presidente da Câmara

José Macedo Vieira